

SUMÁRIO

NOTA DOS AUTORES	7	Capítulo IV	
OBRAS DOS AUTORES	9	DA QUALIDADE DE PRODUTOS E	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO DO		SERVIÇOS, DA PREVENÇÃO E DA	
CONSUMIDOR.....	23	REPARAÇÃO DOS DANOS	
TÍTULO I		<i>Seção I</i>	
DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR		<i>Da proteção à saúde e segurança</i>	
Capítulo I		Art. 8.º a 11	
DISPOSIÇÕES GERAIS		1. Da qualidade de produtos e servi-	
Art. 1.º		ços, da prevenção e da reparação	
1. A identificação do Direito do Con-		dos danos..... 127	
sumidor como fonte constitu- cional. Modelo e estrutura do Código do Consumidor. A necessidade de sua implementação	37	1.1 Da proteção à saúde e segu- rança	
2. O direito do consumidor como dis- ciplina autônoma	43	127	
Art. 2.º e 3.º		<i>Seção II</i>	
1. A relação jurídica na teoria geral do direito	47	<i>Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço</i>	
Capítulo II		Art. 12	
DA POLÍTICA NACIONAL DE RELAÇÕES		1. Introdução à responsabilidade civil	
DE CONSUMO		nas relações de consumo..... 131	
Art. 4.º e 5.º		2. Da responsabilidade pelo fato do	
1. Os interesses protegidos pelo Có- digo do Consumidor	70	produto e do serviço	
Capítulo III		2.1 Distinção entre defeito e vício. As espécies de defeito..... 139	
DOS DIREITOS BÁSICOS		2.2 O fato do produto ou serviço como fator de atribuição da responsabilidade..... 140	
DO CONSUMIDOR		2.3 Excludentes do dever de in- denizar..... 143	
Art. 6.º		Art. 13	
1. Os direitos básicos do consumidor	87	1. A responsabilidade subsidiária do comerciante	
Art. 7.º		144	
1. Fontes do direito do consumidor.	119	Art. 14 a 16	
2. Responsabilidade solidária e direi- tos do consumidor	122	1. A responsabilidade civil do forne- cedor pelo fato do serviço	
		146	
		2. A responsabilidade dos profissio- nais liberais no CDC	
		148	



Art. 17			
1. O conceito estendido de consumidor	150		
		<i>Seção III</i>	
		<i>Da responsabilidade por vício do produto e do serviço</i>	
Art. 18			
1. Introdução à responsabilidade pelo vício do produto no Código do Consumidor e seus requisitos .	152		
2. Tipologia dos vícios do produto em consideração a sua qualidade	154		
3. A responsabilidade solidária dos fornecedores por vício de qualidade ..	156		
4. As opções legais em favor consumidor para sanar o vício ou resolver o negócio jurídico	156		
Art. 19			
1. Dos vícios de quantidade	158		
2. As opções legais conferidas ao consumidor em caso de vício de quantidade	159		
Art. 20			
1. Os vícios de qualidade dos serviços	160		
2. Opções legais conferidas ao consumidor para sanar o vício	161		
Art. 21			
1. Reparação de serviços e componentes adequados ou novos	162		
Art. 22			
1. O Estado enquanto fornecedor de serviço	163		
Art. 23			
1. Irrelevância sobre o desconhecimento ou ignorância dos vícios por parte do fornecedor	165		
Art. 24			
1. Impossibilidade legal de renúncia da garantia	166		
Art. 25			
1. Restrição contratual à exoneração ou atenuação da obrigação de indenizar	168		
		<i>Seção IV</i>	
		<i>Da decadência e da prescrição</i>	
Art. 26 e 27			
1. Prescrição da pretensão indenizatória na responsabilidade pelo fato do produto ou serviço	172		
		<i>Seção V</i>	
		<i>Da desconconsideração da personalidade jurídica</i>	
Art. 28			
1. Superação da personalidade jurídica no CDC	174		
		<i>Capítulo V</i>	
		<i>DAS PRÁTICAS COMERCIAIS</i>	
		<i>Seção I</i>	
		<i>Das disposições gerais</i>	
Art. 29			
1. Práticas comerciais e relações de consumo	178		
		<i>Seção II</i>	
		<i>Da oferta</i>	
Art. 30			
1. Regime da oferta no CDC	179		
Art. 31			
1. Segue	181		
Art. 32			
1. Segue	182		
Art. 33			
1. Oferta ou venda realizada por telefone ou reembolso postal	184		
Art. 34			
1. Solidariedade legal entre fornecedor seus prepostos ou representantes autônomos	185		
Art. 35			
1. Recusa da oferta e opções do consumidor	186		

13 Sumário

Seção III Da publicidade

- Art. 36**
1. Conceito de publicidade 187
 2. Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária 188
 3. Direito à informação e princípio da transparência 189
 4. Direito à informação no direito francês, argentino e português 191

- Art. 37**
1. Publicidade enganosa ou abusiva. 192
 2. Princípios norteadores 193
 3. Consequências da publicidade enganosa ou abusiva 194
 4. Alteração unilateral do briefing pelos publicitários da agência 195
 5. Responsabilidade civil em decorrência da publicidade enganosa ... 195

- Art. 38**
1. Inversão do ônus da prova, publicidade e aspectos processuais 197
 2. Aspectos processuais 197
 3. A publicidade, a boa-fé e o dever de informação exata 197
 4. A inversão do ônus da prova como regra de instrução e como regra de julgamento 198

Seção IV Das práticas abusivas

- Art. 39**
1. Princípios constitucionais, consumeristas e civis 200
 2. Práticas abusivas e abuso do direito 200
 3. Da codificação dos direitos do consumidor em outros países 202
 4. A boa-fé objetiva e a hipossuficiência do consumidor 202
 5. Conceito de prática abusiva 203
 6. Vulnerabilidade do consumidor e vantagem manifestamente excessiva do fornecedor 204
 7. Necessidade do fator imprevisão no Código Civil e acerto do CDC ao dispensar os fatores imprevistos .. 205

- Art. 40**
1. Dever de informar. Transparência e boa-fé objetiva 206
 2. Orçamento e requisitos mínimos . 206
 3. Vinculação do prestador de serviço. Cumprimento da obrigação. Execução específica. Perdas e danos .. 207

- Art. 41**
1. Contexto histórico 209
 2. Responsabilidade civil e dano coletivo 210
 3. Tabela dos preços de remédios. Controle. Limites oficiais 210

Seção V Da cobrança de dívidas

- Art. 42**
1. Ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana e abuso do direito 211
 2. Os usos, os costumes e a moral no âmbito consumerista 212
 3. Expor o consumidor a ridículo: crime 213
 4. Repetição do indébito 214
 5. Engano justificável 215

Seção VI Dos bancos de dados e cadastros de consumidores

- Art. 42-A**
1. Direito à informação clara e precisa. princípio da transparência e da boa-fé 216
 2. Lei que acrescentou o art. 42-A. Necessidade de aperfeiçoamento . 216
 3. Sobre a justificativa do projeto de lei 217

- Art. 43**
1. Motivos e fontes para criação das regras do artigo 43. Causas e consequências 218
 2. Direito do consumidor à informação. inviolabilidade da vida privada, da honra e da imagem 219
 3. Discussão sobre o projeto de cadastro positivo – pontos controvertidos 220

4. Prazo de 05 anos – § 1.º do art. 43	221	3. Direito comparado: uma breve amostragem – Itália, França e Argentina.....	237
5. Requisitos para negativingação.....	221	Art. 48	
6. Novas Súmulas (404 e 385) do STJ sobre a negativingação de nome do consumidor.....	222	1. Declaração de vontade, pressuposto do negócio jurídico.....	238
7. Negativingação em virtude de cláusulas abusivas ou em decorrência de fatores imprevistos que geram onerosidade excessiva.....	223	2. Publicidade, orçamento e vinculação do fornecedor.....	238
8. Venda de informações sobre o consumidor e suas práticas.....	224	3. Aspectos processuais.....	239
Art. 44		Art. 49	
1. Arquivos de consumo.....	225	1. Histórico. Direito de arrependimento no Código Civil e no CDC.....	240
2. Período de divulgação do cadastro de reclamações fundamentadas....	226	2. Desequilíbrio contratual. Proteção do consumidor. Razão da norma..	241
3. Reclamações fundamentadas.....	227	3. Prazo. Nulidade da cláusula que restringe a opção de reembolso	242
4. Possibilidade de inserção de outros dados nos cadastros de reclamações contra fornecedores.....	228	4. O direito de arrependimento na Argentina (revocación de aceptación) e na França (rétractation).....	243
5. Acesso às informações constantes da divulgação periódica do cadastro de maus fornecedores.....	228	Art. 50	
6. O cadastro de maus fornecedores na Itália e no Chile.....	229	1. Impossibilidade de substituição da garantia legal pela garantia contratual ou convencional. Complementação.....	244
Art. 45		2. Exigência de termo escrito da garantia.....	245
(vetado).....	230	3. Garantia legal total. Garantia contratual total ou parcial.....	246
Capítulo VI		Seção II	
DA PROTEÇÃO CONTRATUAL		Das cláusulas abusivas	
Seção I		Art. 51	
Disposições gerais		1. Diálogo entre as fontes. Direito do consumidor. Direito civil. Direito constitucional.....	248
Art. 46		2. Direito ao reembolso da quantia já paga.....	248
1. Direito à plena e correta informação, princípio da lealdade, da transparência e da boa-fé contratual	230	3. Transferência de responsabilidade a terceiros.....	249
2. Clareza e transparência na redação das cláusulas.....	232	4. Utilização compulsória de arbitragem nas relações de consumo	249
3. Cláusulas restritivas de direito.....	233	5. Imposição de representante para realizar outro negócio jurídico. Opção exclusiva do fornecedor de concluir ou não o contrato.....	250
Art. 47			
1. Supremacia da <i>interpretatio contra stipulatorem</i> em detrimento do <i>pacta sunt servanda</i> . Tendência mundial.....	234		
2. Semelhanças e diferenças entre os arts. 47 do CDC e 423 do CC.....	235		

15 Sumário

6. Cancelamento unilateral do contrato pelo fornecedor	251	2. O Poder Público e os contratos de adesão	265
7. Custos de cobrança	251	3. Inserção de cláusula no contrato de adesão	266
8. Alteração unilateral do preço. Alteração unilateral do contrato	251	4. Cláusula resolutória – alternativa, opção do consumidor	266
9. Direito do consumidor ao meio ambiente	252	5. Redação clara e letras legíveis	267
10. Cláusula aberta – sistema de proteção ao consumidor	252	6. Cláusulas limitativas de direito. Destaque. Valorização da fase pré-contratual	267
11. Obrigações abusivas, vantagem exagerada e onerosidade excessiva (inc. IV e § 1.º, I, II e III, do art. 51)	252	Capítulo VII	
12. Prevalência do princípio da conservação dos contratos	253	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	
13. Ministério Público. Legitimidade.	254	Art. 55	
14. Críticas à Súmula 381 do STJ	254	1. Aspectos gerais do Direito Administrativo frente às relações de consumo	
15. Direito estrangeiro	255	269	
Art. 52		Art. 56	
1. Aplicabilidade do CDC às instituições financeiras. Direito à informação	256	1. Classificação, rol e aplicação das sanções administrativas no CDC .	
2. Custo efetivo total (CET): reforço. Direito das pessoas (físicas e jurídicas) à plena informação	257	271	
2.1 Direito da pessoa jurídica à plena informação	258	Art. 57	
3. Multa à taxa máxima de 2% do valor da prestação	258	1. Critérios de aplicação e valor da multa pecuniária	
4. Liquidação antecipada da obrigação, do débito	259	272	
5. Direito estrangeiro	260	Art. 58	
6. Empréstimo responsável e superendividamento	260	1. Observância das garantias legais para aplicação da pena	
Art. 53		273	
1. Cláusula abusiva. Vedação do enriquecimento ilícito	262	Art. 59	
2. Aplicação subsidiária do Código Civil (arts. 317 e 413)	263	1. Aplicação da pena e processo administrativo	
3. O § 2.º do art. 53 e a vedação do enriquecimento ilícito	263	274	
4. Recente orientação do STJ sobre sistemas de consórcios	263	Art. 60	
<i>Seção III</i>		1. Pena administrativa de contrapropaganda	
<i>Dos contratos de adesão</i>		274	
Art. 54		TÍTULO II	
1. Origem da expressão ‘contrato de adesão’. Características. Influência francesa	265	DAS INFRAÇÕES PENAIS	
		1. Introdução	
		276	
		Art. 61	
		278	
		Art. 62	
		279	
		Art. 63	
		1. Bem jurídico tutelado no art. 63... ..	
		280	
		2. Princípio norteador do tipo penal ..	
		280	
		3. Característica do <i>caput</i> e do § 1.º. ..	
		280	
		4. Decisão interessante e tendência de interpretação judicial sobre o tema ..	
		281	



5. Elementos do tipo penal doloso (art. 63, <i>caput</i> , e § 1.º)	282	7. Tempo do crime do art. 64, <i>caput</i> e parágrafo único	296
6. Amostras de sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos que devem estar consignados em embalagens, invólucros, recipientes e, ou, em publicidade(s)	283	8. Lugar do crime sob a luz do art. 64, <i>caput</i> e parágrafo único	296
7. Consumação dos comportamentos previstos no <i>caput</i> e § 1.º do art. 63	283	9. Ação penal	296
8. Análise da possibilidade de admissibilidade da tentativa nos comportamentos descritos no art. 63, <i>caput</i> , e § 1.º	285	10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	297
9. Característica do § 2.º do art. 63 ..	285	11. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 64: Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito nacional)	297
10. Elementos do fato típico culposos vinculados ao § 2.º do art. 63	286	12. Suspensão condicional do processo	297
11. Modalidades de culpa	286	13. Cálculo da pena	298
12. Tempo do crime do art. 63, §§ 1.º e 2.º	286	14. Aplicação da pena	298
13. Lugar do crime sob a luz do art. 63, §§ 1.º e 2.º	286	15. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	298
14. Ação penal	287	Art. 65	
15. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) ..	287	1. Bem jurídico tutelado no art. 65 ..	299
16. Suspensão condicional do processo ..	288	2. Principal princípio norteador do tipo penal	299
17. Cálculo da pena	288	3. Característica do art. 65	300
18. Aplicação da pena	288	4. Elementos do tipo penal doloso (art. 65)	300
19. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	289	5. Consumação dos comportamentos previstos no <i>caput</i> do art. 65	300
20. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito Nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 63 ..	289	6. Da tentativa no comportamento descrito no art. 65, <i>caput</i>	302
Art. 64		7. Tempo do crime do art. 65, <i>caput</i> e parágrafo único	302
1. Bem jurídico tutelado no art. 64 ..	291	8. Lugar do crime sob a luz do art. 65, <i>caput</i> e parágrafo único	302
2. Principais princípios norteadores do tipo penal	292	9. Ação penal	303
3. Característica do <i>caput</i> e do parágrafo único	292	10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) ..	303
4. Elementos do tipo penal doloso (art. 64, <i>caput</i> e parágrafo único) ..	293	11. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito Nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 65 ..	304
5. Consumação dos comportamentos previstos no <i>caput</i> e parágrafo único do art. 64	293	12. Suspensão condicional do processo ..	304
6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 64, <i>caput</i> , e parágrafo único	296	13. Cálculo da pena	304
		14. Aplicação da pena	304
		15. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	305
		Art. 66	
		1. Bem jurídico tutelado no art. 66 ..	305

17 Sumário

2. Principal princípio norteador do tipo penal.....	306	interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 68 ..	321
3. Característica do art. 66, <i>caput</i> e § 1.º.....	306	14. Cálculo da pena	322
4. Elementos do tipo penal (art. 66)	307	15. Aplicação da pena	322
5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no <i>caput</i> e § 1.º do art. 66	308	16. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	322
6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 66, <i>caput</i> e § 1.º ..	311	Art. 68	
7. Publicidade.....	311	1. Bem jurídico tutelado no art. 68 ..	323
8. Elementos do fato típico culposos vinculados ao § 2.º do art. 66	311	2. Principais princípios norteadores do tipo penal	323
9. Modalidades de culpa	311	3. Característica do art. 68	323
10. Tempo do crime do art. 66	312	4. Elementos do tipo penal (art. 68) ..	324
11. Lugar do crime sob a luz do art. 66 ..	312	5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 68	325
12. Ação penal	312	6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 68.....	327
13. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) ..	313	7. Tempo do crime do art. 68	327
14. Suspensão condicional do processo ..	313	8. Lugar do crime sob a luz do art. 68 ..	327
15. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito Nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 66 ..	314	9. Ação penal	328
16. Cálculo da Pena	314	10. Ônus da prova.....	328
17. Aplicação da Pena	314	11. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) ..	328
18. Prescrição da pretensão punitiva do Estado.....	314	12. Suspensão condicional do processo ..	329
Art. 67		13. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 68 ..	329
1. Bem jurídico tutelado no art. 67 ..	315	14. Cálculo da pena	329
2. Principais princípios norteadores do tipo penal	316	15. Aplicação da pena	329
3. Característica do art. 67	316	16. Prescrição da pretensão punitiva do Estado.....	330
4. Elementos do tipo penal (art. 67) ..	317	Art. 69	
5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 67.....	318	1. Bem Jurídico Tutelado no art. 69..	330
6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 67.....	319	2. Principais princípios norteadores do tipo penal	331
7. Tempo do crime do art. 67	320	3. Característica do art. 69	331
8. Lugar do crime sob a luz do art. 67 ..	320	4. Elementos do tipo penal (art. 69) ..	331
9. Ação penal	320	5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 69.....	331
10. Ônus da prova.....	320	6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 69.....	332
11. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais) ..	321	7. Tempo do crime do art. 69	333
12. Suspensão condicional do processo ..	321	8. Lugar do crime sob a luz do art. 69 ..	333
13. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito Nacional) que		9. Ação penal	333
		10. Ônus da Prova.....	333



11. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	333	8. Lugar do crime sob a luz do art. 71	343
12. Suspensão condicional do processo	334	9. Ação penal	344
13. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito Nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 69 ..	334	10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	344
14. Cálculo da pena	334	11. Suspensão condicional do processo	345
15. Aplicação da pena	335	13. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 71 ..	345
16. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	335	14. Cálculo da pena	345
Art. 70		15. Aplicação da pena	345
1. Bem jurídico tutelado no art. 70...	335	16. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	346
2. Principais princípios norteadores do tipo penal	336	Art. 72	
3. Característica do art. 70	336	1. Bem jurídico tutelado no art. 72...	346
4. Elementos do tipo penal (art. 70).	336	2. Principais princípios norteadores do tipo penal	346
5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 70	336	3. Característica do art. 72	347
6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 70	337	4. Elementos do tipo penal (art. 72).	347
7. Tempo do crime do art. 70	338	5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 72	347
8. Lugar do crime sob a luz do art. 70	338	6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 72	349
9. Ação penal	338	7. Tempo do crime do art. 72	349
10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	338	8. Lugar do crime sob a luz do art. 72	349
11. Suspensão condicional do processo	338	9. Ação penal	349
12. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 70 ..	339	10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	349
13. Cálculo da pena	339	11. Suspensão condicional do processo	350
14. Aplicação da pena	339	12. Enunciados Criminais dos Juizados Especiais (âmbito nacional) que interessam complementarmente ao contexto do estudo do art. 72 ..	350
15. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	339	13. Cálculo da pena	350
Art. 71		14. Aplicação da pena	351
1. Bem jurídico tutelado no art. 71...	340	15. Prescrição da pretensão punitiva do Estado	351
2. Principais princípios norteadores do tipo penal	340	Art. 73	
3. Característica do art. 71	340	1. Bem jurídico tutelado no art. 73...	352
4. Elementos do tipo penal (art. 71).	341	2. Principais princípios norteadores do tipo penal	352
5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 71	341	3. Característica do art. 73	352
6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 71	343	4. Elementos do tipo penal (art. 73).	352
7. Tempo do crime do art. 71	343	5. Consumação dos comportamentos dolosos previstos no art. 73	353
		6. Da tentativa nos comportamentos descritos no art. 73	354

19 Sumário

7. Tempo do crime do art. 73	354	Art. 76	
8. Lugar do crime sob a luz do art. 73	354	1. Característica do dispositivo	363
9. Ação penal	354	2. Interpretando, objetivamente, as	
10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	354	agravantes consignadas no art. 76	364
11. Suspensão condicional do processo	355	Art. 77	
12. Enunciados Criminais dos Juizados		1. Característica da norma	365
Especiais (âmbito nacional) que		Art. 78	
interessam complementarmente		1. Característica do artigo 78	365
ao contexto do estudo do art. 73 ..	355	2. Das penas alternativas.....	365
13. Cálculo da pena	355	3. Características das penas alternati-	
14. Aplicação da pena	356	vas restritivas de direitos aplicadas	
15. Prescrição da pretensão punitiva do		em sentença ou acórdão penal con-	
Estado	356	denatório	366
Art. 74		Art. 79	
1. Bem jurídico tutelado no art. 74... ..	357	1. Característica da norma	367
2. Principais princípios norteadores		2. Fiança	367
do tipo penal	357	3. Valor da fiança	367
3. Característica do art. 74	357	4. Fiança e a Lei 9.099/95.....	367
4. Elementos do tipo penal (art. 74).	357	Art. 80	
5. Consumo dos comportamentos		1. Característica da norma	367
dolosos previstos no art. 74	357	2. Ação penal dos crimes contra as	
6. Da tentativa nos comportamentos		relações de consumo	368
descritos no art. 74.....	358		
7. Tempo do crime do art. 74	358		
8. Lugar do crime sob a luz do art. 74	358		
9. Ação penal	359		
10. Lei 9.099/95 (Juizados Especiais)	359		
11. Suspensão condicional do processo	360		
12. Enunciados Criminais dos Juizados			
Especiais (âmbito nacional) que			
interessam complementarmente			
ao contexto do estudo do art. 74 ..	360		
13. Cálculo da pena	360		
14. Aplicação da pena	360		
15. Prescrição da pretensão punitiva do			
Estado	361		
Art. 75			
1. Característica do artigo 75	361		
2. Requisitos necessários para ser ad-			
mitido o concurso de agentes.....	362		
3. Descrição pormenorizada da con-			
duta de cada um dos agentes do			
crime.....	362		
4. Do exercício de atividade de diretor,			
administrador ou gerente da pessoa			
jurídica	362		

TÍTULO III DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 81	
1. Breves considerações sobre a evo-	
lução, consagração e defesa dos di-	
reitos metaindividuais no direito	
brasileiro.....	369
2. Os diferentes âmbitos de interesses	
na defesa do consumidor e as ações	
coletivas.....	372
2.1 Interesses ou direitos indivi-	
duais	373
2.2 Interesses ou direitos di-	
fusos	374
2.3 Interesses ou direitos cole-	
tivos	375
2.4 Os interesses ou direitos indi-	
viduais homogêneos	377



Art. 82	
1. Os entes legitimados para a defesa dos interesses metaindividuais.....	378
Art. 83	
1. Defesa do consumidor e amplitude das formas de tutela jurisdicional	384
Arts. 84 a 86	
1. A tutela jurisdicional específica ...	386
Art. 87	
1. Isenção de despesas processuais como regra.....	391
Arts. 88 e 89	
1. Ação de regresso e vedação à denunciação da lide.....	393
Art. 90	
1. Interação entre o CDC, LAC e CPC.....	395
Capítulo II	
DAS AÇÕES COLETIVAS PARA A DEFESA DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	
Art. 91	
1. Ações coletivas e interesses individuais homogêneos.....	397
Art. 92	
1. Intervenção do Ministério Público como 'custos legis'.....	399
Art. 93	
1. Competência nas ações coletivas .	401
Art. 94	
1. A publicidade das ações coletivas como meio de tutela dos direitos do consumidor.....	404
Art. 95 e 96	
1. Efeitos da condenação na ação coletiva.....	407
Art. 97	
1. Legitimados para a liquidação e execução da sentença.....	409
Art. 98	
1. Legitimação e competência na execução coletiva.....	412
2. Requisito documental da execução coletiva.....	413
Art. 99	
1. Concurso de crédito e Fundo de reparação dos interesses metaindividuais.....	414
Art. 100	
1. Reversão da indenização ao Fundo na ausência de habilitação.....	415
Capítulo III	
DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR DE PRODUTOS E SERVIÇOS	
Art. 101.....	417
Art. 102	
1. Ação de obrigação de não fazer em face do poder público tendo por objeto o controle do produto.....	420
Capítulo IV	
DA COISA JULGADA	
Art. 103	
1. Aspectos gerais sobre a coisa julgada	422
2. A coisa julgada nas ações coletivas	424
2.1 Extensão da coisa julgada e interesses e direitos difusos .	425
2.2 Extensão da coisa julgada e interesses e direitos coletivos .	427
2.3 Extensão da coisa julgada e interesses e direitos individuais homogêneos.....	427
2.4 Ações coletivas e direitos individuais.....	428
Art. 104	
1. Aspectos gerais sobre a litispendência e sua aplicação nas ações coletivas e individuais.....	430
TÍTULO IV	
DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	
Art. 105 e 106	
1. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.....	433

21 Sumário

TÍTULO V		Art. 113	
DA CONVENÇÃO COLETIVA DE		1. Segue 437	
CONSUMO		Art. 114	
Art. 107 e 108		1. Segue 440	
1. Convenção coletiva de consumo..	434	Art. 115	
TÍTULO VI		1. Segue 440	
DISPOSIÇÕES FINAIS		Art. 116 e 117	
Art. 109 e 110		1. Segue 441	
1. Compatibilização entre os micros-		Art. 118	
sistemas do CDC e LAC	435	1. <i>Vacatio legis</i> do CDC	441
Art. 111		Art. 119	443
1. Ainda a compatibilização	436	BIBLIOGRAFIA	445
Art. 112		QUESTÕES DE CONCURSOS	465
1. Segue	437		

